



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura

EDITAL Nº 14/2021 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVA ORAL

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Comissão responsável pelo Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Substituto, no exercício de suas atribuições e nos termos dos itens 13.1 e 13.3.2 do Edital nº 01/2019 de Abertura de Inscrições, publicado no Diário da Justiça Eletrônico no dia 01 de novembro de 2019, e retificação posterior:

RESOLVE

I – CONVOCAR os candidatos, abaixo relacionados, para a 4ª etapa – Prova Oral, de caráter eliminatório e classificatório, conforme calendário abaixo (horário MS), elaborado de acordo com o resultado do sorteio, realizado no dia 8 de julho de 2021:

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		21 de julho/21	22 de julho/21
1	LUAN CARLOS BARROS SANTOS	4ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
2	VINICIUS DOS ANJOS BORBA		9:00 horas
3	ANDERSON DO AMARAL LIMA SILVA		10:30 horas
4	RAISSA SILVA ARAUJO		14:00 horas
5	CAROLINE GAZZOLA SUTIL DE OLIVEIRA		15:00 horas
6	LAISA DE OLIVEIRA FERNEDA		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		22 de julho/21	23 de julho/21
7	TULIO NADER CHRYSOSTOMO	5ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
8	PEDRO CAMPOS DE AZEVEDO FREITAS		9:00 horas
9	MATEUS BRAGA DE CARVALHO		10:30 horas
10	BRUCE HENRIQUE DOS SANTOS (<i>sub judice</i>)		14:00 horas
11	TAIRO BATISTA ESPERANCA		15:00 horas
12	ANTONIO ADONIS MOURAO JUNIOR		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		26 de julho/21	27 de julho/21
13	LIDIA GEANNE FERREIRA E CANDIDO	2ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
14	VANESSA ASSIS BARUFFI		9:00 horas
15	OCTAVIO DUTRA ULIANA		10:30 horas
16	ERICA BUENO SALGADO		14:00 horas
17	JOAO LUCAS MARTINS		15:00 horas
18	JEAN CARLOS PILONETO		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		27 de julho/21	28 de julho/21
19	THIAGO NOTARI BERTONCELLO	3ª-feira	8:00 horas



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura

20	NATASHA KOLINSKI VIELMO CAMERA	Às 7:50h	9:00 horas
21	FELIPE CONSONNI FRAGA		10:30 horas
22	ITAMAR MAZZO SCHMITZ		14:00 horas
23	DIEGO LIMA RAMOS		15:00 horas
24	LUAN CELANTE GAZOLLI		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		28 de julho/21	29 de julho/21
25	MARCO ANTONIO ABRITTA JUNIOR	4ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
26	EDUARDO AUGUSTO ALVES		9:00 horas
27	IZABELLA ASSIS TRAD		10:30 horas
28	RENAN DE FREITAS ONGARATTO		14:00 horas
29	MAYARA LUIZA SCHAEFER LERMEN		15:00 horas
30	THAIS MENDES TAVARES		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		29 de julho/21	30 de julho/21
31	WALERIA SARAIVA SANTOS ORNELAS RODRIGUES	5ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
32	CAMILA HATIZUKA TOKUTSUNE		9:00 horas
33	LUIS AUGUSTO TUON		10:30 horas
34	ISABELA REBOUCAS MAIA		14:00 horas
35	SERGIO CAETANO CONTE FILHO		15:00 horas
36	MONIQUE RAFAELE ANTUNES		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		2 de agosto/21	3 de agosto/21
37	RAFAEL POMINI DA SILVEIRA	2ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
38	FREDERICO ALVES DE FERNANDES		9:00 horas
39	RICARDO ADELINO SUAID		10:30 horas
40	ANDRE MENEZES DEL MASTRO		14:00 horas
41	REGIS SOUZA RAMALHO		15:00 horas
42	JORDANA CARDOSO DE MELO		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		3 de agosto/21	4 de agosto/21
43	RICARDO MORARI PEREIRA	3ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
44	RAFAEL SANTANA GARCIA		9:00 horas
45	ARTHUR ABBADE TRONCO		10:30 horas
46	MATEUS GONCALVES SILLES		14:00 horas
47	FERNANDA GIACOBO		15:00 horas
48	GUILHERME GOMES OLIVEIRA		16:30 horas
ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		4 de agosto/21	5 de agosto/21
49	MELLINE SOLFA RODRIGUES	4ª-feira	8:00 horas



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura

50	KELLER VIEIRA LINO JUNIOR	Às 7:50h	9:00 horas
51	DIEGO MATHIAS MARCUSSI		10:30 horas
52	GABRIEL SARMENTO MARQUES		14:00 horas
53	GLAUBER JOSE DE SOUZA MAIA		15:00 horas
54	EDUARDO LIGIERO ROCHA		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		5 de agosto/21	6 de agosto/21
55	MARIANA MARQUES BARBIERI	5ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
56	BARBARA GONCALVES DALPONTE		9:00 horas
57	NATALIA DEVECHI PICOLI		10:30 horas
58	JOSE IVAN MELO DOS SANTOS		14:00 horas
59	FERNANDA PETTERSEN DE LUCENA		15:00 horas
60	LARISSA RIBEIRO FIUZA		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		9 de agosto/21	10 de agosto/21
61	FELIPE BRIGIDO LAGE	2ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
62	JOSE GUILHERME URNAU ROMERA		9:00 horas
63	PEDRO ERNESTO RAMOS		10:30 horas
64	LUCAS LEON DE AGUERO TESSARO		14:00 horas
65	BERTHOLDO HETTWER LAWALL		15:00 horas
66	BRENNO LIVIO BARBOSA BEZERRA		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		10 de agosto/21	11 de agosto/21
67	ENRIQUE DE NOVAIS SIQUEIRA FILHO	3ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
68	YVES LUAN CARVALHO GUACHALA		9:00 horas
69	MARCELLA LEAL RESTUM FARIA DUTRA		10:30 horas
70	NATANI GIBIM EISELE		14:00 horas
71	LUCAS EDUARDO PONTES PIRATELO		15:00 horas
72	MATEUS DA SILVA CAMELIER		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		11 de agosto/21	12 de agosto/21
73	DIOGO VALE DA SILVA	4ª-feira Às 7:50h	8:00 horas
74	ADNA ARAUJO DE OLIVEIRA		9:00 horas
75	MATHEUS DA SILVA REBUTINI		10:30 horas
76	CESAR DAVID MAUDONNET		14:00 horas
77	DENIS MARTINELLI JUNIOR		15:00 horas
78	JOEL DE LIMA PINEL JUNIOR		16:30 horas
		12 de agosto/21	13 de agosto/21
79	TENORIO SILVA LACERDA SEGUNDO	5ª-feira	8:00 horas



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura

80	RAFAEL CONDE TOSTES	Às 7:50h	9:00 horas
81	PAULA CARDOSO ESTEVES		10:30 horas
82	FELIPE VARGAS SAMPAIO DOS SANTOS		14:00 horas
83	IGOR SBIZERA BERTI PEREIRA		15:00 horas
84	PATRICK LINARES DA COSTA		16:30 horas

ORDEM DE SORTEIO PARA AVALIAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DO SORTEIO DO PONTO	DATA DA PROVA ORAL
		16 de agosto/21	17 de agosto/21
85	PAULA ELIZABETH DE SOUZA ALMAS	2ª-feira	8:00 horas
86	DIOGO HARUO DA SILVA TANAKA		9:00 horas
87	CAMILA NEVES PORCIUNCULA	Às 7:50h	10:30 horas
88	GUILHERME VIEIRA DE CAMARGO		14:00 horas

II – COMUNICAR:

1. A Prova Oral será realizada sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, pela Comissão Examinadora de Concurso, que avaliará o candidato no dia seguinte àquele em que ocorrer o sorteio de ponto.
2. O candidato deverá observar todas as instruções contidas no Edital nº 01/2019 de Abertura e neste Edital, para a realização das provas.
3. A Prova Oral versará sobre as seguintes matérias: Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito do Consumidor, agrupadas em programa específico, divulgado ao final deste Edital.
4. O sorteio dos pontos (de 1 a 20) e a prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, serão realizados no **Plenário das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (Av. Mato Grosso, s/nº, Bloco 13, piso superior)**.
5. O candidato, adequadamente vestido (traje social) e munido de um documento original de identificação, deverá apresentar-se à Comissão de Concurso, no dia das provas, às 07h30min, os que forem fazê-la durante o período matutino e às 13h30min, os que forem fazê-la no período vespertino (horário MS).
6. Após assinar a lista de presença da Prova Oral, o candidato deverá permanecer em uma sala reservada, até o momento de ser encaminhado para o Plenário das Turmas Recursais, devendo ainda, entregar seu aparelho celular a um integrante da equipe de apoio, que o colocará em um saco plástico identificado, onde permanecerá desligado até o fim de sua avaliação.
7. Cada examinador disporá de até 15 (quinze) minutos para a arguição do candidato, podendo argui-lo sobre quaisquer das matérias, de acordo com o ponto sorteado.
8. A Prova Oral será realizada em sessão pública, sendo, porém, limitado o número de pessoas autorizadas a assisti-la (prestigiando-se a ordem de chegada). Todas as normas sanitárias estabelecidas pelas autoridades estaduais e municipais referentes ao enfrentamento da pandemia do COVID-19, serão devidamente observadas pelo Tribunal de Justiça durante a prova, visando a segurança de todos os envolvidos no certame.
9. Os candidatos habilitados para a prova oral não poderão assistir às provas dos outros candidatos, antes ou após serem arguidos, em quaisquer dos dias de avaliação, devendo, após suas arguições, deixar as dependências do local de realização da prova.
10. É vedado ao candidato e ao público gravar ou realizar qualquer tipo de registro durante a aplicação da prova, não sendo permitido ao público utilizar máquinas fotográficas, celulares, gravadores ou similares no ambiente de prova.
11. Durante a arguição o candidato não poderá consultar códigos, obras jurídicas ou quaisquer anotações.
12. No ambiente de prova, não será permitida a comunicação entre as pessoas presentes.



*Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura*

13. Não será permitida a prática de qualquer ato que possa interferir no desenvolvimento dos trabalhos.
14. O público deverá observar, ainda, as orientações dadas pela Comissão nos dias de realização das provas.

Campo Grande, 9 de julho de 2021.

**(a) Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
Presidente da Comissão**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA ORAL

(de acordo com item 13.2 do Edital nº 01/2019 – de abertura)

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 – As funções do Estado. Origem do Direito Administrativo. O regime jurídico-administrativo. Conteúdo do regime jurídico-administrativo. Aplicação do regime administrativo a entidades da Administração indireta, entidade de colaboração e particulares. Poderes de polícia administrativa. Caracterização. Atributos. Manifestações do poder de polícia. Princípios limitadores do poder de polícia. Abuso de autoridade.

2 – Princípios constitucionais do Direito Administrativo. Restrições ao princípio da legalidade. Princípios reconhecidos em legislação infraconstitucional, pela doutrina e pela jurisprudência. Interpretação do direito administrativo. Normas sobre interpretação do direito público na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro. Controle sistemático das relações administrativas.

3 – Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, classificação, espécies. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Invalidez, nulidade, anulação, cassação caducidade, convalidação e revogação, principais espécies.

4 – Controle de mérito e de legalidade dos atos administrativos. Controle sistemático dos atos administrativos.

5 – Servidores Públicos. Agentes Públicos. Classificação. Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes públicos. Regime dos servidores públicos e titulares de cargos públicos na constituição Federal e na constituição do Estado de Mato Grosso do Sul. Cargo, emprego e função pública. Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Provimento. Nomeação. Concurso Público. Posse e exercício. Estabilidade. Transferência. Readaptação. Reversão. Reintegração. Recondução. Disponibilidade. Aproveitamento. Vacância. Remoção. Redistribuição. Substituição.

6 – Direitos e vantagens dos servidores públicos. Deveres e responsabilidades dos servidores públicos. Do regime disciplinar. O funcionário Público civil. Da Seguridade social do servidor: aposentadoria e pensões; aposentadoria de magistrado, membros do Ministério Público e do Tribunal de contas; aposentadoria voluntária, aposentadoria compulsória. Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos. Lei Complementar 35, de 14 de março de 1979 (Lei orgânica da Magistratura nacional) e alterações. Lei 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Estatuto dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul) e alterações. Lei 2.207, de 29 de dezembro de 2000 (Regime de Previdência social do Estado de Mato Grosso do Sul) e alterações.

7 – Improbidade administrativa: Lei Federal 8.429/1992. Agentes do polo ativo e passivo. Atos de improbidade. Da ação de improbidade administrativa. Das penas. Enriquecimento ilícito. Prejuízo ao erário. Princípios. Penas. Procedimento e prescrição. Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei complementar 101/2000. Lei de Acesso à Informação – Lei Federal 12.527/2011. Lei Anticorrupção – Lei Federal 12.846/2013.

8 – Improbidade administrativa na Constituição de 1988. Sua evolução histórica.

9 – Controle da Administração Pública: Controle administrativo; Controle legislativo ou político; Controle judicial. Discricionariedade administrativa e controle judicial. Controle interno e controle externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Domínio público. Controle sistemático das delegações de serviços públicos.

10 – Domínio Público. Bens públicos, regime jurídico. Classificação, Administração e Utilização. Alienação. Tratamento do tema no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001).



*Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura*

11 – Licitação: Princípios. Obrigatoriedade, Dispensa e Exigibilidade, procedimentos e Modalidades. Pregão presencial e eletrônico. Fases da licitação. Habilitação. Julgamento, homologação e adjudicação. Recursos administrativos. Crimes. Licitação e mandado de segurança. Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Registro de preços.

12 – Contrato Administrativo. Espécie. Conceito, características. Prerrogativas da Administração. Formalização. Execução e inexecução. A cláusula rebus sic stantibus. A Teoria da Imprevisão, as cláusulas de reajuste de preços. Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou inexistentes. Rescisão e anulação.

13 – Convênios e Consórcios. Concessões e Permissões de serviços públicos. Forma e condições da outorga do serviço em concessão. O prazo nas concessões e sua prorrogação, poderes do Concedente. Os Direitos do concessionário. Regime tarifário e sua revisão. Os Direitos dos usuários. Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos. A reversão dos Bens. Responsabilidades civis do concessionário e do Poder concedente. Permissão. Parcerias Público-Privadas.

14 – Infrações e Sanções Administrativas. Conceito. Sujeito infrator. Excludentes da Infração, princípios. Dever de sancionar. Processo administrativo. Conceito. Processo ou procedimento administrativo. Princípios do processo administrativo. Instauração do processo administrativo e fases do processo. A sindicância. Os sujeitos da relação processual administrativa. Direitos e deveres das partes. Competência. Instrução do processo administrativo. Decisão do processo Administrativo: estrutura, tipologia. Recurso Administrativo e seus efeitos. Coisa julgada administrativa. Da revisão administrativa. Da prescrição e da decadência.

15 – A preclusão e a coisa julgada administrativa. A chamada prescrição administrativa. A responsabilização pessoal do agente estatal.

16 – Intervenção do Estado na propriedade. Função social da propriedade. Desapropriação. Conceito. Requisitos. Bens susceptíveis de desapropriação: Competências relacionadas à desapropriação. Espécies de desapropriação. Indenização e consectários legais. Caducidade da desapropriação. Imissão na posse do imóvel desapropriado. Direito de extensão. Desapropriação indireta. Retrocessão. Controle da desapropriação.

17 – Servidão administrativa. Tombamento. Legislação aplicável. Requisição. Ocupação provisória. Limitação administrativa. Direito de construir e seu exercício. Loteamento e zoneamento.

18 – Responsabilidade civil do Estado: evolução das teorias. Reparação do dano. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Caracterização. Causas de exclusão e mitigação. Prescrição e decadência. Responsabilidade dos contratados e delegatários de serviços públicos. Procedimento administrativo e judicial. Direito de regresso.

19 – Organização administrativa: noções gerais. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Autarquias. Autarquias comuns e especiais. Agências reguladoras e agências executivas. Fundações Públicas, Empresas Públicas e sociedades de Economia Mista. Consórcios Públicos. Tutela dos entes da Administração Indireta. Entidades de colaboração e seu regime jurídico.

20 – Jurisprudência e súmulas de direito administrativo do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Súmulas Vinculantes. Temas decididos em regime de repercussão geral ou de recursos repetitivos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 – Constituição: fontes; conceito; objeto; classificações; estrutura. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais.

2 – Poder constituinte. Judicialização e Ativismo judicial.

3 – Controle de constitucionalidade. Sistema, ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Efeitos da decisão no controle abstrato. A fiscalização abstrata no plano estadual. Fiscalização incidental.

4 – Controle de constitucionalidade das leis municipais. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. Norma Constitucional Inconstitucional. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Mutação constitucional.

5 – Estado Federal. Princípios fundamentais da Constituição Federal. Jurisdição constitucional e processo constitucional. Coisa julgada e processo constitucional. Controle de constitucionalidade e a reserva de plenário.



*Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura*

6 – Direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais coletivos. Tratados e convenções sobre direitos humanos. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969, promulgado pelo Decreto 678/1992) e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (de 16 de dezembro de 1966, promulgado pelo Decreto 5992/1992). A razoável duração do processo. Direitos sociais. Direitos políticos. Partidos políticos. Direitos de nacionalidade. Tutela constitucional dos direitos das liberdades. Mandado de segurança, individual e coletivo. Mandado de Injunção. *Habeas corpus*. *Habeas data*. Ação popular. Ação civil pública.

7 – Organização do Estado Brasileiro: Organização político-administrativa; União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios. Repartição de competências. Bens públicos.

8 – Intervenção nos Estados e nos Municípios. Administração pública: Disposições gerais; Servidores públicos.

9 – Organização dos poderes na Constituição Federal. Poder Executivo. Presidente e Vice-Presidente da República: Atribuições e Responsabilidades. Poder legislativo. Órgãos, funcionamento e competências. Prerrogativas e impedimentos no exercício do mandato parlamentar. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas da União. Poder judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Súmula vinculante. Superior Tribunal de Justiça. Competência. Recurso Especial.

10 – Organização dos Poderes na Constituição Federal. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais. Dos Tribunais e Juizes Eleitorais. Dos Tribunais e Juizes dos Estados. Direitos e Deveres da magistratura. Garantias da Magistratura. Lei orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) e Código de Ética da magistratura Nacional (aprovado pelo CNJ). Funções essenciais à Justiça. Do Ministério Público. Do Conselho Nacional do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia e da Defensoria Pública.

11 – Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul. Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul. Atribuições e responsabilidades do Governador e do Prefeito. Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul. Prerrogativas e impedimentos de deputados estaduais e dos vereadores. Processo legislativo estadual. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado. Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Organização Judiciária (Lei Estadual 1.511/1994 e suas alterações).

12 – Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Da Política urbana. Tributação e orçamento. Do Sistema Tributário Nacional. Das Finanças Públicas.

13 – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Da Ordem Social. Emenda Constitucional 45/04 – Reforma do Judiciário. Emendas Constitucionais.

14 – Poder Legislativo. As Comissões Parlamentares de Inquérito.

15 – Medidas Provisórias. Leis Delegadas. Lei Ordinária e Lei Complementar.

16 – Jurisdição Constitucional e Processo Constitucional.

17 – O Precedente Constitucional, a súmula vinculante e os Julgamentos repetitivos.

18 – Administração Pública e o Controle de Constitucionalidade.

19 – Aspectos processuais da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade.

20 – Da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e da Reclamação Constitucional.

DIREITO CIVIL

1 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e suas alterações pela Lei 13.655, de 2018). Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Do domicílio. Da ausência. Dos direitos da personalidade. Disposições finais e transitórias do Código Civil. Estatuto do idoso (Lei 7.433, de 18.12.85).

2 – Dos bens. Das diferentes classes de bens. Dos bens considerados em si mesmo. Dos bens imóveis. Dos bens móveis. Dos bens fungíveis e consumíveis. Dos bens divisíveis. Dos bens singulares e coletivos. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos. Do bem de família. Dos fatos jurídicos.

3 – Do negócio jurídico. Disposições gerais. Da representação. Da condição, do termo e do encargo. Dos defeitos do negócio



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura

jurídico. Da invalidade do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos.

4 – Da prescrição e da decadência. Da prova. Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações.

5 – Do pagamento. Do pagamento em consignação. Do pagamento com sub-rogação. Da imputação do pagamento. Da dação em pagamento. Da novação. Da compensação. Da confusão. Da remissão das dívidas. Do inadimplemento das obrigações

6 – Dos contratos em geral. Disposições gerais. Preliminares. Da formação dos contratos. Da estipulação em favor de terceiro. Da promessa de fato de terceiro. Dos vícios redibitórios. Da evicção. Dos contratos aleatórios. Do contrato preliminar. Do contrato com pessoa a declarar. Da extinção do contrato. Do distrato. Da cláusula resolutiva.

7 – Da exceção de contrato não cumprido. Da resolução por onerosidade excessiva. Das várias espécies de contrato: Da compra e venda. Da troca ou permuta. Do contrato estimatório. Das várias espécies de contrato: Da doação. Da locação de coisas. Do empréstimo. Da prestação de serviço. Da empreitada. Do depósito.

8 – Das várias espécies de contrato: Do mandato. Da comissão. Da agência e distribuição. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da constituição de renda. Do jogo e da aposta. Da fiança. Da transação. Do compromisso.

9 – Dos atos unilaterais. Dos títulos de crédito. Lei do Cheque (Lei 7.357, de 02 de setembro de 1985); Letra de câmbio e nota promissória (Decreto 2.044/08 e Decreto 57.663/66. Lei da Duplicata (Lei 5.474/58 e Lei 13.775/18). Da responsabilidade civil. Das preferências e privilégios creditórios.

10 – Do direito de empresa. Do empresário. Da empresa individual de responsabilidade limitada. Da sociedade. Disposições gerais. Da sociedade não personificada. Da sociedade em comum. Da sociedade em conta de participação. Da sociedade personificada. Da sociedade simples. Da sociedade em nome coletivo. Da sociedade em comandita simples.

11 – Da sociedade limitada. Da sociedade anônima. Da sociedade em comandita por ações. Da sociedade cooperativa. Da liquidação da sociedade. Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades. Da sociedade dependente de autorização.

12 – Do estabelecimento. Dos institutos complementares. Lei 5.764/71 (Da política nacional de Cooperativismo e regime jurídica das sociedades cooperativas). Decreto-Lei 41, de 18 de novembro de 1966 (Dissolução das sociedades civis e de fins assistenciais).

13 – Do direito das coisas. Da posse. Da posse e sua classificação. Da aquisição da posse. Dos efeitos da posse. Da perda da posse. Dos direitos reais. Disposições gerais. Da propriedade. Da propriedade em geral. Da aquisição da propriedade imóvel. Da usucapião.

14 – Da aquisição da propriedade pelo registro do título. Da aquisição por acessão. Da aquisição da propriedade móvel. Da perda da propriedade. Dos direitos de vizinhança. Do uso anormal da propriedade. Das árvores limítrofes. Da passagem forçada. Da passagem de cabos e tubulações. Das águas. Dos limites entre prédios e do direito de tapagem. Do direito de construir.

15 – Do condomínio em geral. Do condomínio voluntário. Do condomínio necessário. Do condomínio edilício. Do condomínio em multipropriedade. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária, Do fundo de investimento. Condomínio e incorporação (Lei 4.591/64 e 10.931/04).

16 – Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. Da laje. Do direito de família. Do direito pessoal.

17 – Do casamento. Das relações de parentesco. Do direito patrimonial. Da união estável. Da tutela, da curatela e da tomada de decisão apoiada. Da sucessão em geral.

18 – Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do testamento em geral. Da capacidade de testar. Das formas ordinárias do testamento. Dos codicilos. Dos testamentos especiais. Das disposições testamentárias. Dos legados.

19 – Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Das substituições. Da deserção. Da redução das disposições testamentárias. Da revogação do testamento. Do rompimento do testamento. Do testamentário. Do inventário e da partilha. Do inventário. Dos sonegados. Do pagamento das dívidas. Da colação. Da partilha. Da garantia dos quinhões hereditários. Da anulação da partilha.



*Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura*

20 – Legislação Especial: Registros públicos. (Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973). Cédula de produtor rural (Lei 8.929, de 22 de agosto de 1994); Cédula hipotecária (Decreto-Lei 70, de 20 de novembro de 1966; Consumidor (Lei 8.078/90, na parte de regulamentação do direito material); Marco regulatório da internet (Lei 12.965, de 23.04.14); Lei de locação (Lei 8.245/91); Promessa de compra e venda e loteamento (Decreto-lei 58/37; Decreto-Lei 271/67 e Lei 6.766/79); Estatuto da terra (Lei 4.504/64, artigos 17 a 23 e 92 a 102). Direito autoral (Lei 9.609/98 e Lei 9.610/98). Direito de resposta (Lei 13.188/15). Estatuto da pessoa com deficiência (Lei 13.146/15). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018). Criança e Adolescente (Lei 8.069, de 13.07.90 – ECA; Lei 12.318, de 26.8.10 e Lei 12.852, de 05.08.13). Desapropriação (Lei 3.365, de 21.06.41). Investigação de paternidade (Lei 8.560, de 29.12.92).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 – Teoria Geral do Direito Processual Civil. Fontes do Direito Processual Civil. Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. Da função jurisdicional. Da jurisdição. Conceito. Características. Princípios. Extensão. Poderes. Órgãos. Jurisdição contenciosa. Jurisdição voluntária. Da ação. Natureza jurídica. Princípios. Elementos identificadores da ação. Condições da Ação. Classificação das Ações. Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional. Da Competência. Conceito. Competência interna. Critérios para definir a competência. Competência absoluta. Competência relativa. Das causas de modificações da competência: conexão, continência, prevenção. Casos de prorrogação legal da competência. Conflito de competência. Conflito de atribuições. *Perpetuatio jurisdictionis*.

2 – Processo. Conceito. Classificação. Natureza Jurídica. Princípios informativos do processo civil. Princípios constitucionais do processo civil. As garantias constitucionais do processo civil. A relação processual. Características da relação processual. Sujeitos da relação jurídica processual: Sujeitos principais. Sujeitos secundários. Sujeitos Especiais. Das partes e dos procuradores. Pressupostos Processuais.

3 – Da capacidade processual. Legitimação ordinária. Legitimação extraordinária. Dos deveres das partes e dos procuradores. Dos procuradores. Da sucessão das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Da assistência. Da denunciação da lide. Do chamamento ao processo. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Do *amicus curiae*.

4 – Dos atos processuais. Definição. Características dos atos processuais. Princípios dos atos processuais. Classificação dos atos processuais. Atos do Juiz. Dos pronunciamentos do juiz. Atos das partes. Atos dos auxiliares das partes. Atos processuais simples e complexos. Documentação dos atos processuais. Local da prática dos atos processuais. Da forma dos atos processuais. Tempo para a prática dos atos processuais. Das comunicações dos atos processuais. Das cartas. Das citações. Das intimações. Das nulidades.

5 – De outros atos processuais. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. Da Tutela provisória. Das disposições gerais. Da tutela de urgência. Da tutela de evidência. Da formação do processo. Da suspensão do processo. Da extinção do processo.

6 – Do Processo de Conhecimento. Do procedimento comum. Disposições Gerais. Da petição inicial. Dos requisitos da petição inicial. Do pedido. Do indeferimento da petição inicial. Da improcedência liminar do pedido. Da audiência de conciliação ou de mediação. Da contestação. Da reconvenção. Da revelia.

7 – Das providências preliminares e do saneamento. Da não incidência dos efeitos da revelia. Do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, Das alegações do réu. Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo. Do julgamento antecipado do mérito. Do julgamento antecipado parcial do mérito. Do saneamento e da organização do processo.

8 – Da audiência de instrução e julgamento. Das provas. Da produção antecipada da prova. Da ata notarial. Do Depoimento pessoal. Da confissão. Da exibição de documento ou coisa.

9 – Da prova documental. Da força probante dos documentos. Da arguição de falsidade. Da produção da prova documental. Dos documentos eletrônicos. Da prova testemunhal. Da admissibilidade e do valor da prova testemunhal. Da produção da prova testemunhal. Da prova pericial. Da inspeção judicial.

10 – Da sentença e da coisa julgada. Dos elementos e dos efeitos da sentença. Da remessa necessária. Do julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Da coisa julgada. Da liquidação da sentença.

11 – Do cumprimento da sentença. Disposições gerais. Do cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Do cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos. Do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa. Do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer. Do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.



*Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura*

12 – Dos procedimentos especiais. Da ação de consignação em pagamento. Da ação de exigir contas. Das ações possessórias. Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares. Da ação de dissolução parcial de sociedade.

13 – Do inventário e da partilha. Dos embargos de terceiro. Da oposição. Da habilitação. Das ações de Família. Da ação monitoria. Da homologação de penhor legal. Dos embargos de terceiros. Da oposição. Da habilitação. Das ações de família. Da ação monitoria.

14 – Dos procedimentos de jurisdição voluntária. Da notificação e da interpelação. Da alienação judicial. Do divórcio e da separação consensual, da extinção consensual da união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio. Dos testamentos e codicilos. Da herança jacente. Das coisas vagas. Da interdição. Disposições comuns à tutela e curatela. Da organização e da fiscalização das fundações. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.

15 – Do processo de execução. Da execução em geral. Disposições gerais. Das partes. Da competência. Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução. Do título executivo. Da exigibilidade da obrigação. Da responsabilidade patrimonial. Das diversas espécies de execução. Disposições gerais. Da execução para entrega de coisa. Da entrega de coisa certa. Da entrega de coisa incerta. Da execução das obrigações de fazer ou de não fazer. Disposições comuns. Da obrigação de fazer. Da obrigação de não fazer.

16 – Da execução por quantia certa. Disposições gerais. Da citação do devedor e do arresto. Da penhora, do depósito e da avaliação. Do objeto da penhora. Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito. Do lugar da realização da penhora. Das modificações da penhora. Da penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira. Da penhora de créditos. Da penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas. Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes. Da penhora de percentual de faturamento de empresa. Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel. Impenhorabilidade do bem de família (Lei 8.009, de 29 de março de 1990).

17 – Execução. Da avaliação. Da expropriação de bens. Da adjudicação. Da alienação. Da satisfação do crédito. Da execução contra a Fazenda Pública. Da execução de alimentos. Dos embargos à execução. Da suspensão e da extinção do processo de execução.

18 – Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação às decisões judiciais. Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais. Disposições gerais. Da ordem dos processos no tribunal. Dos recursos. Conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. Súmula impeditiva do recurso. Disposições gerais. Da apelação. Do agravo de instrumento. Do agravo interno. Dos embargos de declaração.

19 – Da ação civil pública (Lei 7.347, de 24 de julho de 1985). Da ação popular (Lei 4.717, de 29 de junho de 1965). Das ações reguladas pelo Decreto-Lei 911, de 01 de outubro de 1969, e suas alterações, alienação fiduciária). Da ação de alimentos (Lei 5.478, de 25 de julho de 1968). Lei 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor: da defesa do consumidor em juízo. Disposições gerais. Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Da coisa julgada. Da Lei de Recuperação e Falência (Lei 11.101, de 09.02.05 e suas alterações).

20 – Da execução fiscal (Lei 6.830, de 22 de setembro de 1.980). Da ação de improbidade administrativa (Lei 7.429, de 02 de junho de 1992). Do mandado de segurança (Lei 12.016, de 07 de agosto de 2009). Da ação de usucapião especial (Lei 6.969, de 10.12.81 e Lei 10.257, de 17.07.01, arts. 9º a 14). Lei de locação (Lei 8.245, de 18 de outubro de 1.991): das ações de despejo; da ação de consignação de aluguel e acessórios da locação; da ação revisional de aluguel; da ação renovatória; disposições finais e transitórias). Da dissolução da sociedade conjugal e do casamento (Lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977).

DIREITO PENAL

1 – O tempo do crime. Princípios constitucionais penais. Teoria Constitucionalista do Delito. Dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento. Dos crimes ambientais.

2 – Do Crime. Relação de causalidade. Culpabilidade e exculpantes. Funcionalismo e Imputação Objetiva no Direito Penal. Dos crimes do Código de Trânsito brasileiro.

3 – Do crime consumado, tentado e impossível. Crimes de dano e de perigo. Tipicidade Conglobante. Dos crimes contra a dignidade sexual, Princípios constitucionais penais.

4 – Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Do Crime doloso, culposo e preterdoloso. Teoria Constitucionalista do Delito. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes ambientais.



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura

5 – Erro de tipo. Erro de proibição. Teoria do Garantismo Penal. Dos crimes contra a liberdade individual. Lei de Drogas e política de redução de danos.

6 – Coação irresistível e obediência hierárquica. Causas excludentes da ilicitude. Funcionalismo e Imputação Objetiva no Direito Penal. Dos crimes contra a fé pública. Lei de Drogas e política de redução de danos.

7 – Perdão judicial. Da imputabilidade penal. Da ação e da omissão. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento. Princípios constitucionais penais.

8 – Do concurso de pessoas. Do concurso de crimes. Tipicidade Conglobante. Dos crimes contra a família.

9 – Das penas: espécies, cominação, aplicação, função e política criminal. Das penas alternativas e substitutivas. Teoria Constitucionalista do Delito. Dos crimes de abuso de autoridade.

10 – Erro sobre a pessoa. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Teoria do Garantismo Penal. Dos crimes contra a incolumidade pública.

11 - Efeitos da condenação e da reabilitação. Das medidas de segurança. Tipicidade Conglobante. Dos crimes contra a honra, Finalidades do Direito Penal.

12 – Da ação penal pública e privada. Da extinção da punibilidade. Funcionalismo e Imputação Objetiva no Direito Penal. Dos crimes contra a propriedade intelectual; Dos crimes de tortura, Dos crimes de abuso de autoridade.

13 – Das contravenções penais. Dos crimes de menor potencial ofensivo. Juizado Especial Criminal. Teoria do Garantismo Penal. Dos crimes de preconceito racial. Dos crimes ambientais.

14 – Finalidades do Direito Penal. Coação irresistível e obediência hierárquica. Causas excludentes da ilicitude. Dos crimes do Código de Trânsito Brasileiro. Do crime doloso, culposo e preterdoloso.

15 – Teoria Constitucionalista do Delito. O tempo do crime. A lei penal no tempo e no espaço. Das penas: espécies, cominação, aplicação, função e política criminal. Dos crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo. Lei antidrogas e política de redução de danos.

16 – Das penas alternativas e substitutivas. Funcionalismo e Imputação Objetiva no Direito Penal. Do crime consumado, tentado e impossível. Crimes de dano e de perigo. Dos crimes contra a paz pública.

17 – Erro sobre a pessoa. Teoria do Garantismo Penal. Do Crime. Relação de causalidade. Culpabilidade e exculpantes. Dos crimes de lavagem ou ocultação de bens e valores.

18 – Tipicidade Penal. Teoria Constitucionalista do Delito. Lei Antidrogas e política de redução de danos. Dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e o menor em conflito com a lei.

19 – Tipicidade Conglobante. Erro de tipo. Erro de proibição. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes previstos na Lei de Organizações criminosas.

20 – Das penas: espécies, cominação, aplicação, função e política criminal. Das penas alternativas e substitutivas. Princípios constitucionais penais. Tipicidade conglobante. Do concurso de pessoas. Do concurso de crimes. Dos crimes contra idosos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 – Princípios constitucionais do processo penal. Aspectos processuais penais da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84). Aspectos processuais penais da Lei de Proteção a testemunhas (Lei 9.807/99); Do *habeas corpus*. Do mandado de segurança. Das exceções. Do desaforamento.

2 – Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Aspectos processuais penais da Lei do Juizado especial criminal (Lei 9.099/95); Jurisdição e competência. Critérios de determinação e modificação de competência. Incompetência. Conexão e continência.

3 – Inquérito policial. Aspectos processuais penais da Lei de Interceptação telefônica (Lei 9.296/96); Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Das outras medidas cautelares; Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da prisão domiciliar.



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura

4 – Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Jurisdição e competência. Aspectos processuais penais da Lei de Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/98). Princípios constitucionais do processo penal.

5 – Ação penal de iniciativa pública. Titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Aspectos processuais penais da Lei de Violência doméstica (Lei 11.340/06). Princípios constitucionais do processo penal.

6 – Ação penal de iniciativa privada: Titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Decadência. Perempção. Extinção da punibilidade. Aspectos processuais penais da Lei de Drogas (Lei 11.343/06).

7 – Juizados Especiais Criminais. Das medidas assecuratórias. Das citações e intimações. Aspectos processuais penais da Lei de Violência doméstica (Lei 11.340/06). Do *habeas corpus*. Do mandado de segurança.

8 – Jurisdição e competência. Critérios de determinação e modificação de competência. Incompetência. Conexão e continência. Aspectos processuais penais da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84).

9 – Das questões e processos incidentes. Aspectos processuais penais da Lei de Juizado especial criminal (Lei 9.099/95). Ação civil *ex delicto*.

10 – Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. Aspectos processuais penais da Lei de Interceptação telefônica (Lei 9.296/96).

11 – Sujeitos processuais: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça. Víctima no processo penal. Aspectos processuais penais da Lei de Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/98). Princípios constitucionais do processo penal.

12 – Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da prisão domiciliar. Das outras medidas cautelares. Aspectos processuais penais da Lei de Violência doméstica (Lei 11.340/06).

13 – Das medidas cautelares. Da liberdade provisória, com ou sem fiança. Da prisão temporária. Aspectos processuais penais da Lei de Drogas (Lei 11.343/06). Princípios constitucionais do processo penal.

14 – Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Aspectos processuais penais da Lei de Proteção a testemunhas (Lei 9.807/99); Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação.

15 – Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimento comum. Instrução criminal. Aspectos processuais penais da Lei de Violência doméstica (Lei 11.340/06).

16 – Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Aspectos processuais penais da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84).

17 – Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. Procedimentos especiais, inclusive de leis especiais. Aspectos processuais penais da Lei de Juizado especial criminal (Lei 9.099/95).

18 – Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Efeitos civis da sentença penal. Aspectos processuais penais da Lei de Interceptação telefônica (Lei 9.296/96).

19 – Das nulidades. Dos recursos em geral: princípios, modalidades, recursos em espécie e fungibilidade. Recursos especial e extraordinário. Aspectos processuais penais da Lei de Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/98).

20 – Das ações de impugnação. Da revisão criminal. Do *habeas corpus*. Do mandado de segurança. Das exceções. Do desaforamento. Aspectos processuais penais da Lei de Drogas (Lei 11.343/06).

DIREITO DO CONSUMIDOR

1 – Do Código de Defesa do Consumidor. Dos direitos do consumidor. Das disposições gerais. Princípios Fundamentais do Código de Defesa do Consumidor. Dos direitos básicos do consumidor. Da pessoa jurídica como consumidora. Da pessoa jurídica de direito público.



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura

2 – Da ordem pública e tutela processual do consumidor. Elementos da relação jurídica de consumo. Elementos objetivos da relação de consumo. Os serviços públicos, O condomínio edilício, as atividades notariais e registras e o Código de Defesa do Consumidor. O Código de Defesa do Consumidor e os contratos de locação urbana.

3 – Da qualidade de produtos e serviços. Da Relação jurídica de consumo, elementos objetivos e subjetivos, relações de consumo por equiparação. Da preservação e da reparação de danos (da proteção à saúde e segurança). Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor.

4 – Da responsabilidade civil a luz do Código de Defesa do Consumidor. Responsabilidade civil objetiva e solidária. Reponsabilidade civil pelo vício pelo fato do produto ou defeito. Responsabilidade Civil pelo vício e pelo fato do serviço ou defeito do serviço. O consumidor equiparado. Excludentes de responsabilidade pelo Código de Defesa do Consumidor e o fato concorrente.

5 – Dos Contratos no Código de Defesa do Consumidor. Teoria tradicional do contrato e a nova realidade contratual. Espécies de contratos considerados isoladamente sob a égide do Código de Defesa do Consumidor. Princípios protetivos do consumidor na elaboração dos contratos.

6 – Da proteção contratual pelo Código de Defesa do Consumidor. Função Social do Contrato e sua interpretação face ao Código de Defesa do Consumidor. A vinculação contratual e a boa-fé sob análise dos conceitos parcelares. Proteção do consumidor na execução contratual. Controle judicial dos contratos, atuação do Ministério Público e Defensoria Pública.

7 – Das práticas abusivas vedadas pelo Código de Defesa do Consumidor e seus efeitos. Proteção quanto a oferta e a publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Abuso de direito consumerista. Da Decadência e da Prescrição. Repetição de indébito. Banco de dados e cadastro de consumidores negativo e positivo.

8 – Meios alternativos de solução de conflito. Da defesa do consumidor em juízo. Das disposições do Código de Defesa do Consumidor relacionadas à defesa do consumidor em juízo. Interesses difusos e coletivos: Origem histórica e evolução. Direitos protegidos pela tutela coletiva.

9 – Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Das ações coletivas para a defesa de interesses dos consumidores. Tutela Jurisdicional dos Direitos e Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. Competência. Legitimidade.

10 – Da desconsideração da personalidade jurídica, aspectos materiais e processuais. Teorias consideradas para aplicação e cotejo com o Código Civil. Direito do Consumidor e legislação correlata a Covid-19.

11 – Da tutela individual do consumidor em juízo e aspectos processuais. Obrigações de fazer e não fazer. Tutela específica e tutelas de urgência. Tutela inibitória. Atipicidade dos meios executivos. Tutela individual e tutela coletiva aspectos processuais e materiais. *Habeas Data*.

12 – Consumidor em juízo. Hipossuficiência. Normas de ordem pública e seu reconhecimento. Regras de competência. Intervenções de terceiro. Litisconsórcio. Distribuição do ônus probatório e teorias aplicadas a espécie. Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer.

13 – Da Tutela Coletiva e seus aspectos processuais. Microsistema legal. Direitos albergados pela tutela coletiva. Marcos legislativos. Competência. Legitimidade ordinária e extraordinária. Da Sucumbência. Da Gratuidade. Objeto da Ação.

14 – Da relação entre as tutelas coletivas e individuais. Litispendência, Conexão e Continência. Identidade da causa de pedir ou pedido, integral ou parcial. *Ratio* da conexão, reunião de processos, suspensão do processo individual. Mandado de Segurança.

15 – Da sentença proferida em tutela coletiva e sua extensão. Da coisa julgada. Da liquidação da sentença coletiva, aspectos processuais. Da Execução e do Cumprimento de sentença, aspectos processuais. Prescrição.

16 – Sanções administrativas. Dos órgãos de defesa do consumidor. Atividades dos órgãos de defesa do consumidor. Poder de polícia e órgãos de defesa do consumidor. Defesa do consumidor pelas empresas. SACs, *Recall*, *Marketing* e convenção coletiva de consumo.

17 – Defesa do Consumidor e crimes previstos. Incorporação de imóveis (Lei 4.591/64). Estatuto de Defesa do Torcedor. Parcelamento do solo urbano (Lei 6.766/79). Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Lei 8.137/90).



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura

18 – Das Agências Reguladoras. Marcos Regulatórios. Da competência exclusiva e concorrente, multa, apreensão, inutilização, cassação de registro, proibição de fabricação, suspensão temporária de atividade, revogação ou cassação de concessão ou permissão, da interdição. Da Contrapropaganda. Crimes e poder de polícia da administração.

19 – Interesse público e interesse privado. A política nacional de relações de consumo. Interesse primário e interesse secundário. Interesses difusos. Interesses coletivos. Interesses individuais homogêneos. Interesses transindividuais e sua tutela coletiva. Convenção Coletiva de Consumo. Fundo para reconstituição do bem lesado: fundos federais, fundos estaduais, receitas do fundo, finalidades do fundo, a reparação das lesões individuais.

20 – A atuação do Ministério Público no processo civil fundado na defesa dos interesses difusos e coletivos, e limites de atuação. Responsabilidade dos membros do Ministério Público. O inquérito civil. Generalidades. Competência e objeto. Instrução. Arquivamento e controle. Efeitos do arquivamento do inquérito civil. Recursos no inquérito civil. Instrumentos de resolução extrajudicial de conflitos de natureza coletiva. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta (TAC). Fundos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1 – O Estado e o poder de tributar. Fundamentos da imposição tributária, suas limitações no nosso ordenamento. Imunidade, isenção, alíquota zero, diferimento, incidência e não-incidência.

2 – Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Competência legislativa e Competência Tributária. Limitações da competência tributária. Discriminação, repartição, destinação e vinculação constitucional da receita tributária. Fundos de participação. Mitigação do princípio da legalidade.

3 – Fontes do direito tributário. Hierarquia das normas. Aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. Legislação tributária. Conceitos. Lei ordinária e lei complementar; Lei Delegada; Decretos Legislativos; Resoluções do Senado; Atos Normativos de Autoridade Administrativa; Decretos e Despachos Normativos do Executivo; Resoluções Administrativas; Portarias; Decisões Administrativas e Consultas. Matérias reservadas à previsão por Lei Complementar. Medida provisória. Tratados e convenções internacionais. Convênios do CONFAZ.

4 – Regras de vigência, aplicação e integração. Interpretação e integração da legislação tributária. Eficácia da norma tributária; princípio constitucional da anterioridade e regras do CTN.

5 – Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. Efeitos, consequências, validade e invalidade dos atos jurídicos. Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. Solidariedade. A imposição tributária e as convenções particulares. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Preferência. Fraude à execução. Decretação de indisponibilidade no curso do processo executivo: requisitos e procedimento.

6 – Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade nas infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. Responsabilidade supletiva. Desconsideração da personalidade jurídica. Substituição tributária. Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito. Atualização do crédito tributário.

7 – Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.

8 – Decadência e Prescrição em matéria tributária (prescrição intercorrente judicial e administrativa).

9 – Tributos. Conceito. Natureza jurídica. Classificação: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições sociais. Contribuições: espécies e natureza jurídica. Pedágio. Extrafiscalidade e para-fiscalidade. Tributação dos ganhos de capital: tendências do sistema e seus fundamentos. Tributação sobre o valor agregado: tendências do sistema e seus fundamentos. Tributos dos estados e municípios.

10 – Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez e consectários. Certidões negativas. Secretaria da Receita Federal. Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Capacidade tributária. Fiscalização. Arrecadação.

11 – Processo administrativo fiscal: consulta, contencioso administrativo execução administrativa; Poderes da Administração Pública; direitos e deveres do contribuinte no processo tributário. Processo judicial Tributário. Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal (Lei 6.830/80), cautelar fiscal.

12 – Processo judicial Tributário: Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, embargos à execução fiscal e seus efeitos, exceção de pré-executividade, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado



Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria da Magistratura

de segurança. Embargos de Terceiros. Cabimento de medidas acautelatórias no Processo Tributário. Recursos. Aplicabilidade do Código de Processo Civil no Processo Tributário.

13 – Preços públicos, tarifas e taxas: distinção. Dívida ativa da União, de origem tributária e não-tributária. Certidão negativa; Certidão positiva com efeito de negativa. Administração tributária. Garantias e privilégios do crédito tributário.

14 – Ilícito tributário. Ilícito e sanção. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário: crimes contra a ordem tributária, apropriação indébita. Sanção administrativa e sanção penal. Consequências do inadimplemento. Responsabilidade penal. Sanções pessoais e patrimoniais. Fraude à lei e abuso de direito. Denúncia espontânea.

15 – Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte (SIMPLES).

16 – Tributos federais. Competência. Contribuições, taxas e impostos. Imposto de Impostação - II: função, fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. Imposto de exportação - IE: função, fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. Imposto de Renda – IR: fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. Imposto sobre produtos industrializados (IPI): função, fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários - IOF: função, fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. Imposto sobre propriedade territorial rural - ITR: função, fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. Imposto sobre Grandes fortunas – IGF. Não cumulatividade, convênios e tratados, imunidades. Súmulas do STF e STJ.

17 – Tributos Estaduais. Competência. Contribuições, taxas e impostos. Impostos Estaduais. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadoria e prestação de serviços - ICMS: não cumulatividade, fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento, convênios, Tributação no serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. ICMS Combustível. Imposto sobre a propriedade de veículo automotor - IPVA: fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. Imposto de Transmissão Causa mortis e doação - ITCMD: fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. Não cumulatividade, convênios e tratados, imunidades. Súmulas do STF e STJ.

18 – Tributos Municipais. Competência. Contribuições, taxas e impostos. Contribuição de Melhoria. Contribuição de Iluminação Pública. Impostos Municipais: Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU: fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. IPTU progressivo. Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS; fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. - Imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis e direitos a eles relativos - ITBI fato gerador; base de cálculo, alíquota, sujeito passivo, lançamento. Imunidades. Súmulas do STF e STJ.

19 – Tributação internacional. Acordos para evitar a dupla tributação. Aspectos tributários da OMC, MERCOSUL, ALADI e ALCA. Incentivos fiscais. Legislação. Análise crítica do sistema e de seus reflexos no desenvolvimento do País. Evasão e elisão tributárias.

20 – Direito financeiro: sede constitucional, seu objeto e suas fontes. Normas gerais de direito financeiro e de direito tributário: autonomia científica e normativa. Atividade financeira do Estado: fundamentos financeiros, econômicos e jurídicos. Finalidades. Aspectos tributários das leis: de responsabilidade tributária, de diretrizes orçamentárias, de orçamento anual, Lei 4.320, de 1964, e suas alterações.